



Índice

- 01** Índios liberam Ponte após uma semana de pedágio e cerca de R\$ 150 mil arrecadados
- 02** Indígena que é contra a exploração de petróleo no Acre deve ser candidato a deputado federal
- 03** Professores estaduais poderão se especializar em cultura indígena
- 04** Incra reconhece território quilombola em Almenara
- 05** 768 famílias assinam esta semana contrato do Minha Casa, Minha Vida
- 06** Comitê de Decisão do Incra/MG aprova relatório do quilombo Marobá dos Teixeiras
- 07** ES – Xamãs fazem cura e reavaliam a vida do povo Guarani
- 08** Projeto que inclui orgânicos na merenda escolar é aprovado
- 09** Regional de Castanhal
- 10** ESPIGÃO ALTO - MP-PR inicia projeto em aldeia indígena com foco no combate à dependência química
- 11** Arquivada RCL sobre ampliação da reserva indígena Kaxarari
- 12** Conflito com indígenas prejudica a reforma agrária
- 13** Índio permanece em árvore no Maracanã na manhã desta terça
- 14** Guerra aos índios



- 15** [Ativistas, índios, policiais e a tensão de volta no Rio de Janeiro](#)
- 16** [Museu do Índio e violência da PM](#)
- 17** [ICMBio e FUNAI realizam oficina entre extrativistas e indígenas](#)
- 18** [TI Raposa Serra do Sol Indígenas repudiam propaganda de que passam fome](#)
- 19** [Grupo de rap indígena do Mato Grosso do Sul expõe problemas da aldeia](#)
- 20** [Comunidades indígenas receberão capacitação digital](#)
- 21** [Comissão da PEC da demarcação de terras indígenas define cronograma de trabalho](#)
- 22** [Dourados lança dia 18 Ação Saberes Indígenas na Escola](#)
- 23** [Deputado diz que Terra indígena é a que estava ocupada até a Constituição de 88](#)
- 24** [Deputados preparam moção de repúdio ao vestibular da USP por questão sobre índios de MS](#)
- 25** [O prosseguir da questão indígena](#)
- 26** [Arquivada RCL sobre ampliação da reserva indígena Kaxarari](#)
- 27** [Governo do Estado beneficia 137 famílias quilombolas de Santa Rita e Icatu](#)
- 28** [Seminário discute consultas prévias a povos tradicionais da Amazônia](#)
- 29** [Programa de Habitação Rural contratou mais de 100 mil unidades](#)
- 30** [Governo tenta atenuar frustrações de populações tradicionais com políticas oficiais](#)
- 31** [Cheiro de rua no Fórum de Direitos Humanos](#)
- 32** ["Guerra" por terra em Dourados é destaque na mídia internacional](#)



Índios liberam Ponte após uma semana de pedágio e cerca de R\$ 150 mil arrecadados
SÍTIO NORTÃO NOTÍCIAS, 16.12.2013

Na manhã de hoje (16), por volta das 9h30, os índios da tribo Enawenê Nawê, liberaram a ponte sobre o Rio Juruena, localizado na rodovia MT-170 à 60 quilômetros de Juína.

A ponte foi trancada desde o último dia 08, desde então os índios começaram a cobrar pedágio dos veículos que quisessem passar pelo local. Dos carros eram cobrados R\$ 100, já das motocicletas eram R\$ 50. Consta que o valor cobrado por eles, será usado em abastecimento do barco que os transporta à aldeia e em compra de medicamentos. Nestes 8 dias, foram arrecadados R\$ 150 mil.

Os únicos veículos que passavam sem necessidade de pagar eram ambulâncias, viaturas e veículos oficiais.

Conforme informações do G1, os indígenas ainda disseram que não foi atendido as reivindicações, mas mesmo assim decidiram liberar a ponte. E anunciaram que se o Governo não se pronunciar, eles retornaram a bloquear deste vez o acesso da região noroeste com Cuiabá e o restante do Estado.

Os representantes da Sesai, informaram em nota ao G1, que os medicamentos, colchões e macas que estavam na sede da Sesai em Cuiabá, já foram transportados para a aldeia, mas mesmo assim eles se recusam a liberar a pista. Informou ainda que os postos de saúde de Juína, estão com estoque regular de tratamento e atenção básica.

Da Redação

Indígena que é contra a exploração de petróleo no Acre deve ser candidato a deputado federal

SÍTIO CONTILNET NOTÍCIAS, 16.12.2013

Ele conta que já enfrentou coisas maiores em sua vida, e que apesar das 'cobras' em seu caminho, nada destruirá seu foco.



"O petróleo nos assusta". Com essas palavras, o índio Haru Kuntanawa definiu a chegada de empresas dispostas a explorar petróleo e gás de xisto no Acre. É que, de acordo com informações do coordenador do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Lindomar Padilha, os índios teriam sido enganados pelo governador Tião Viana, quando este disse que os territórios indígenas não seriam afetados pela exploração de petróleo e gás natural.

Informações dão conta de que um bloco arrematado pela Petrobras, o bloco AC-T-8, se encontra a 12 e 39 metros, respectivamente, dos territórios dos índios Poyanawa e Nukini. Por conta disto, Haru afirma que

se mobilizará para que prejuízos aos indígenas não aconteçam:

"Estive agora na presidência da Câmara, pedindo por tudo que é mais sagrado, que o presidente e a bancada não deixassem isso acontecer". Segundo ele, não há muito que se fazer, a não ser esperar:

"Veja, os lotes já estão sendo leiloados e vamos esperar acabar com tudo (sic) para nos mobilizar? Isso é triste, meu caro mestre".

Por conta disto, o índio já planeja alçar voos maiores e defender seu povo. Uma das pretensões de Haru é uma cadeira em Brasília:

"Estou democratizando, pedindo o apoio para esta tomada de decisão, mas os dados maiores apontam para [candidatura] a pré deputado federal". Segundo ele, não há nada a perder:

"Estou pronto para qualquer uma das batalhas, se for por uma cadeira em Brasília".

Veja a publicação de Haru:

CONT.



Haru Kuntanawa

9 de dezembro

Estou democratizando pedindo o apoio para esta tomada de decisão mais os dados maiores se apontam para o Pré Dp federal fiquei pensando bem não tenho nada a perder então estou pronto para qualquer uma das batalhas se for por uma cadeira em Brasília porque não já enfrentei os oceanos para defender nosso povo e forma de vida na floresta, porque temer o planalto se o solo é de cristal, tudo bem que vamos encarar algumas cobrinhas venenosa lá mais isso é o de menos final somos o povo da medicina e da jiboia vamos a luta com amor e alegria coragem e determinação!

Ele conta que já enfrentou coisas maiores em sua vida, e que apesar das 'cobras' em seu caminho, nada destruirá seu foco:

"Já enfrentei os oceanos para defender nosso povo e a forma de vida na floresta, por que temer o planalto se o solo é de cristal?". E completa: "tudo bem que vamos encarar algumas cobrinhas venenosas (sic) lá, mas isso é o de menos, afinal somos o povo da medicina e da jiboia; vamos à luta com amor e alegria, coragem e determinação!".



Professores estaduais poderão se especializar em cultura indígena

SÍTIO DIÁRIO DE PERNAMBUCO, 16.12.2013

Estão abertas as inscrições para o Curso de Formação de Professores da Temática das Culturas e Histórias dos Povos Indígenas do Estado, que será oferecido pela Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), a partir de março de 2014. O projeto foi concebido por professores da UFPE, especialistas na temática indígena, tendo o antropólogo Sandro Sales como responsável. Todos os professores da rede estadual podem participar. As inscrições vão até o dia 24 de fevereiro pelo site <http://cfpindigena.blogspot.com.br>, ou pelo email ufpe.curso@gmail.com.

O principal objetivo do curso é capacitar os professores da rede (seja de ensino médio ou fundamental) para ensinar e divulgar a cultura indígena de Pernambuco. Com a duração de seis meses, o curso, que oferece 140 vagas, será semipresencial com carga horária de 240 horas. Todo o material didático estará disponível online para os participantes e poderá ser acessado posteriormente às aulas.

Com informações da Secretaria Estadual de Educação



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Inkra reconhece território quilombola em Almenara
SÍTIO ASSEMBLÉIA DE MINAS, 17.12.2013

Comunidade tradicional reclama de morosidade do processo de regularização fundiária.



O Plenário da Câmara Municipal de Almenara ficou lotado de representantes de assentamentos e comunidades tradicionais da região - Foto: Lia Priscila

O superintendente regional do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra), Danilo Daniel Prado, informou nesta segunda-feira (16/12/13) que o relatório técnico de reconhecimento do território da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras, em Almenara (Vale do Jequitinhonha), está aprovado e que a publicação do documento nos órgãos oficiais será efetivada nesta semana. A notícia foi transmitida durante a audiência pública da Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa de Minas Gerais (ALMG) realizada na cidade.

Na reunião, que atendeu a requerimento do presidente da comissão, deputado Durval Ângelo (PT), foram discutidas denúncias de violações de direitos humanos, ameaças e iminência de conflitos fundiários na região.

A informação do Incra foi para responder uma reclamação do coordenador da Comissão Pastoral da Terra, Edvaldo Ferreira Lopes. Ele questionou o atraso na publicação do relatório, cuja conclusão havia sido prometida para dezembro de 2012. Questionando o que chamou de "falta de compromisso do Incra, que promete muito e faz pouco, ante tantos conflitos reincidentes", ele também denunciou a omissão da Justiça e cobrou soluções efetivas para a situação das famílias que vivem na Fazenda Marobá dos Teixeiras e também de outras comunidades da região.

CONT.



Ao respondê-lo, o superintendente do Incra ressaltou que a publicação do relatório é somente o início do processo de regularização fundiária. Questionado pelo deputado Rogério Correia (PT) sobre os passos seguintes para a concretização da demarcação e sobre prazos, Danilo Prado ressaltou que, uma vez publicado esse documento, os proprietários terão um período para contestá-lo. Passado tal prazo, o relatório segue para o Incra em Brasília para ser ratificado e, na sequência, vai à Presidência da República para a publicação do decreto de homologação. Segundo ele, esse processo todo só deve ser concluído em dezembro de 2014.

Atuações do Incra e da Justiça recebem críticas

Houve uma reação de revolta a esse prazo (final de 2014). Muitos dos moradores de comunidades tradicionais dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri, além de representantes de movimentos sociais, questionaram a demora nas demarcações, queixando-se ainda da atuação do Incra de forma geral. Vereadores, autoridades e moradores de assentamentos e comunidades tradicionais reclamaram, também, da postura do Poder Judiciário em relação às denúncias e à reforma agrária.

Para Maria Gomes Soares, coordenadora regional do Movimento dos Sem Terra (MST), "falta boa vontade por parte do Incra". "Os assentamentos não são feitos em terras produtivas, só em terras secas, incultiváveis e sem a mínima estrutura", queixou-se. Ela também questionou a ação da Justiça e o descaso do poder público, e insistiu na necessidade de se colocar em discussão uma efetiva estratégia para resolver, de fato, a situação das famílias nesses assentamentos e comunidades.

Denúncias similares foram feitas pelo coordenador do Centro de Apoio Operacional das Promotorias de Conflitos Agrários, o procurador Afonso Henrique de Miranda Teixeira. "O Incra não está atuando como parceiro do Ministério Público", afirmou. Em relação ao Judiciário, o procurador afirmou que o juiz da Vara Agrária, Otávio Almeida Neves, criminaliza trabalhadores rurais, desconsidera as terras de relevância pública, não aborda a função social da terra e ainda diz que não há terras devolutas ou conflitos agrários em Minas Gerais. Ele ainda informou que já há representações contra o magistrado no âmbito do Conselho Nacional de Justiça (CNJ).

A diretora de Política Agrária da Federação dos Trabalhadores na Agricultura (Fetaemg), Maria Rita Fernandes Figueiredo, ressaltou o excesso de violência no campo. Ela denunciou atos como queima de lavouras, ameaças a famílias e matança de animais de rebanhos dos assentados e quilombolas. Para Maria Rita a única forma de se combater definitivamente esse problema é concretizar a reforma agrária. "Os governos Federal e Estadual viraram as costas para a reforma agrária. Aqui no Jequitinhonha a questão nunca se resolve. A responsabilidade do que está acontecendo não é apenas de grandes empresas e do agronegócio, é sobretudo dos governantes", criticou.

Jurandir Dias de Souza, presidente da comunidade quilombola Marobá dos Teixeira, assentada na Fazenda Marobá, queixou-se da demora do Incra em regularizar a situação da comunidade. Ele ressaltou que são 68 famílias vivendo em condições precárias, sem posto de saúde, sem água encanada nem energia elétrica.

CONT.



O comandante do 44º Batalhão da Polícia Militar, tenente-coronel Romildo Scheffer, destacou a realização de ações e visitas às comunidades com foco na prevenção. Segundo ele, a PM tem registrado todas as situações conflituosas e dado os devidos encaminhamentos, levando as denúncias ao delegado.

Comissão vai cobrar providências

O deputado Durval Ângelo ressaltou que as notas taquigráficas da audiência serão encaminhadas a diversos órgãos públicos, com os devidos pedidos de providências. Ele informou que as reclamações registradas contra o juiz Otávio Almeida Neves serão levadas à Corregedoria do Tribunal de Justiça e também ao CNJ.

O presidente da comissão ainda disse que vai questionar a Cemig pelo descumprimento da norma federal que prioriza comunidades tradicionais na instalação de energia elétrica. Além disso, garantiu que acionará o procurador-geral de Justiça e o promotor de Almenara, solicitando providências em relação a todas as denúncias registradas. Ele ainda disse que vai pedir ao delegado local os boletins que apontam conduta racista da irmã da proprietária da Fazenda Marobá. E afirmou que enviará ofício à prefeitura reivindicando melhorias no acesso à educação, à saúde e ao transporte escolar.

Os deputados Rogério Correia (PT) e Tadeu Martins Leite (PMDB) ratificaram todas as ações propostas pelo presidente da comissão. "É preciso cobrar dos governos municipal, estadual e federal uma solução mais ágil", afirmou o deputado Tadeu Martins Leite.

O deputado Rogério Correia aproveitou para registrar que tramitam na ALMG, projetos de lei que propõem benefícios a pequenos produtores rurais, moradores de assentamentos e de comunidades tradicionais. "Para que sejam efetivadas essas políticas públicas é essencial que essas comunidades tenham acesso à terra e, para isso, é preciso agilizar a reforma agrária", concluiu.

768 famílias assinam esta semana contrato do Minha Casa, Minha Vida

SÍTIO TRIBUNA FEIRENSE, 16.12.2013



Mais 768 famílias de baixo poder aquisitivo serão contempladas com o programa habitacional Minha Casa Minha Vida, promovido através de parceria entre o Governo Municipal e a Caixa Econômica Federal – CEF. Os contratos serão assinados nesta terça-feira, 17, e na quarta-feira, 18, a partir das 8h, no Ginásio de Esportes Municipal.

Nesta terça-feira, 17, serão assinados os contratos para as famílias contempladas com os 520 apartamentos do residencial Jardim das Oliveiras, construído no bairro Mangabeira. Já

na quarta-feira, 18, será a vez das famílias assinarem os contratos das 248 casas sobrepostas, do residencial Verde Água, na Avenida Sérgio Carneiro.

O secretário municipal de Habitação e Regularização Fundiária, Sandro Ricardo Espírito Santo, explica que o residencial Verde Água também contemplará famílias que vivem em condições precárias em área de invasão às margens da BR-116 Norte, próximo ao bairro Novo Horizonte. “Estão sendo contempladas as famílias que moravam em barracos do Quilombo Lucas da Feira e apresentaram as documentações dentro do perfil exigido pelo programa habitacional”, frisou.

A assinatura dos contratos será realizada pelas famílias com a Caixa Econômica Federal. Alguns dos contemplados, conforme Sandro Ricardo, poderão ser convocados posteriormente para a assinatura dos documentos em função da necessidade do agente financeiro habitacional necessitar do cumprimento do prazo de cinco dias úteis para conclusão da análise da documentação dos beneficiados.



Comitê de Decisão do Incra/MG aprova relatório do quilombo Marobá dos Teixeiras
SÍTIO CEDEFES, 16.12.2013

O Comitê de Decisão Regional da Superintendência do Incra em Minas Gerais, aprovou, na manhã da última sexta-feira (13), o Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) da comunidade quilombola Marobá dos Teixeiras, localizada entre os municípios mineiros de Pai Pedro, Jaíba e Gameleira. O próximo passo é a publicação do RTID no Diário Oficial da União.

O RTID é uma das etapas mais importantes para a regularização do território quilombola. Marobá dos Teixeiras é constituído por duas áreas que somam três mil hectares. Sete imóveis estão sob análise para serem desapropriados para a titulação coletiva das 79 famílias que vivem no local.

Na mesma reunião, foram apresentadas as características da comunidade Gurutuba, localizada entre os municípios de Pai Pedro, Jaíba, Gameleiras e Porteira, no Norte de Minas. Os dados da comunidade e seu perímetro foram levantados por técnicos do Incra para solucionar sobreposição da área de dois assentamentos.

As famílias do assentamento Califórnia são quilombolas e devem ser incorporadas à comunidade. Já a área de reserva legal do assentamento Jacaré Grande necessita de adaptação à situação, pois está integralmente no perímetro urbano de Gurutuba. Com o entendimento do contexto, o RTID da comunidade poderá ser colocado em votação.

Fonte: Incra

ES – Xamãs fazem cura e reavaliam a vida do povo Guarani

SÍTIO CEDEFES, 16.12.2013

Ontem (15), nove xamãs das principais aldeias Guarani do país iniciaram um encontro que termina na quinta (19), na Aldeia Guarani Três Palmeiras, em Aracruz



No último domingo, na Aldeia Guarani Três Palmeiras, em Santa Cruz, no município de Aracruz, xamãs das principais aldeias guarani do país, iniciaram um encontro que vai até quinta-feira (19). São nove xamãs, sendo cinco homens e quatro mulheres, com os propósitos de reavaliar a vida do povo Guarani e levar a cura para os que estão doentes nas suas quatro aldeias localizadas no município de Aracruz.

O xamã que no domingo realizou curas é parente de Tatantín Rua Retée (foto), a xamã que conduziu o grupo Guarani no Espírito Santo e gerou as atuais aldeias. Isto foi na passagem dos anos 60 para os 70. Quando pelas características geográficas da região, ela entendeu que havia chegado à Terra Sem Males (uma ideia de paraíso que estava incumbida de levar um grupo Guarani).

Esse encontro nacional dos xamãs no Espírito Santo pode parecer, à primeira vista, modesto pelo número de participantes, mas, em se tratando de xamãs, é bem expressivo. Pelas suas condições especiais e os poderes sobrenaturais de que desfrutam, além das condições serem o centro da vida de suas aldeias, esse número torna-se bastante representativo. Eles não passam hoje de mais de 20 no Brasil.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Neste encontro estão presentes xamãs do Rio Grande do Sul, do Paraná, do Rio de Janeiro e de Santa Catarina.

As aldeias Guarani do Espírito Santo deixaram de contar com a sua Xamã, Tatantin Rua Retée, faz 20 anos, após sua morte na aldeia Teka-Porã, em Santa Cruz.

Desde que Tatantin Rua Retée partiu, as aldeias do Espírito Santo, apesar de serem hoje bastante expressiva pelo seu contingente (mais de 600 índios), estão sem xamã. A formação de um xamã leva um enorme tempo. Ainda na infância isolados para exercitar a sua condição de guia religioso. Essa seleção é feita pela manifestação da criança.

No domingo, tanto na parte da manhã como da tarde os xamãs fizeram reflexões sobre a vida dos Guarani em suas aldeias próximas dos brancos. Trataram dos problemas e dos riscos dessa proximidade. Os xamãs pregaram, até insistentemente, do compromisso dos jovens para com Ñanderu (o Deus deles). Os Guarani são considerados pelas demais nações indígenas índios divinos. Sobretudo na intenção em levá-los para os cultos religiosos. E serviram-se ainda da ocasião para identificar as manifestações de Ñanderu. Trovoadas e relâmpagos servem, por exemplo, para que eles recorram à casa de reza.

No domingo à noite, foi realizada a primeira sessão de cura. Foi no Opu (casa de reza) da aldeia onde realiza-se o encontro. O xamã que dirigiu o culto foi o da Aldeia Araponga, de Paraty, Rio de Janeiro. Tem o nome abasileirado de Agostinho, mas responde por Tatutin Tria (primo da Tatantin). Ele realizou três tratamentos, chamando atenção uma espécie de cirurgia espiritual na qual o xamã tirou pela boca de um guarani algo que se assemelhava a um besouro. Depois da intervenção o guarani "operado" vomitou repetidas vezes.

(Não foi permitido fotografar dentro da casa de reza. As fotos são do momento da pregação)

Fonte: Rogério Medeiros, Século Diário



Projeto que inclui orgânicos na merenda escolar é aprovado

SÍTIO CNTU, 16.12.2013

O texto propõe prioridade na aquisição de alimentos para agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtores orgânicos, especialmente os localizados dentro dos limites do município.

Na última quinta-feira (12), foi aprovado em 1ª votação o PL 451 /2013 sobre a obrigatoriedade de inclusão de alimentos orgânicos na alimentação escolar na rede municipal de ensino da cidade de São Paulo.

Apresentado pelo vereador Nabil Bonduki (PT), o projeto foi proposto conjuntamente com os vereadores Ricardo Young (PPS) e Gilberto Natalini (PV). O tema, por sua relevância, ganhou adesão dos também vereadores Goulart (PSD), Dalton Silvano (PV) e Toninho Vespoli (PSOL), que se tornaram co-autores.

Um de seus objetivos é fomentar a produção agroecológica na cidade de São Paulo com as compras públicas, para estimular o respeito aos princípios de não agressão ao meio ambiente. Outro é contribuir para a construção de bons hábitos alimentares e preservar a saúde das crianças em idade escolar.

O projeto dialoga a questão da definição da Zona Rural no extremo sul do município no Plano Diretor Estratégico, tema que junto à ideia um sistema de segurança alimentar e nutricional, tem sido recorrente nas audiências públicas do Plano.

A proposta foi construída em conjunto com as organizações da sociedade civil que integram a Plataforma de Agricultura Orgânica a partir das discussões realizadas na Semana de Agroecologia, realizada em abril na Câmara Municipal.

O projeto

O texto propõe prioridade na aquisição de alimentos para agricultores familiares, assentamentos da reforma agrária, comunidades tradicionais e produtores orgânicos, especialmente os localizados dentro dos limites do município. A opção por produtores familiares se justifica porque, em geral, as pequenas propriedades apresentam forma de cultivo mais sustentável do ponto de vista socioambiental do que o agronegócio. Produtores em processo de conversão orgânica também poderão ser contemplados, desde que comprovem a transição por meio de protocolo avalizado pela Supervisão de Abastecimento da Secretaria de Coordenação das Subprefeituras.

Para viabilizar as compras de orgânicos, o PL também prevê a possibilidade de adotar preços diferenciados em relação aos produtores similares convencionais. "Essa é uma forma de

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

aumentar a demanda por esses alimentos, que usualmente encontram mercado em nicho restrito de consumidores conscientes, ainda pouco representativos no universo de consumidores do Município de São Paulo”, diz a justificativa da proposta.

O projeto de lei também dá às escolas a possibilidade de adotar cardápios que variam de acordo com a sazonalidade da oferta de alimentos e prevê a capacitação de merendeiras e professores para promover a educação alimentar.

Autor: Fonte: Rede Nossa São Paulo



Regional de Castanhal

SÍTIO EMATER/PA, 16.12.2013

Emater realiza mutirão em comunidade quilombola de Santa Izabel

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (Emater) realiza na manhã desta terça-feira, 17, um mutirão para emissão de declaração de Aptidão ao Programa Nacional de Fortalecimento à Agricultura Familiar (Pronaf) na comunidade de Boa Vista do Itá, zona rural de Santa Izabel, no nordeste paraense. A ação atende a solicitação do Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) com o objetivo de promover o acesso de comunidades tradicionais a políticas públicas.

De acordo com o engenheiro de pesca da Emater, Carlos Roberto Ó de Almeida, na comunidade vivem 51 famílias remanescentes de quilombos que praticam principalmente a mandiocultura, voltada para a produção de farinha, e o cultivo de hortaliças. "Como já tivemos um trabalho anterior de emissão de DAP's, para acesso ao Programa Minha Casa Minha Vida Rural, nossa estimativa é fazer pouco mais de 20 declarações", explicou. O mutirão começa às 9 horas com a participação de três técnicos da empresa.

A nível nacional, a Coordenadoria de Políticas Públicas para as Comunidades Tradicionais, vinculada ao MDA, contemplou dez comunidades com a realização de mutirões. No Pará, a selecionada foi a de Boa Vista do Itá, que é assistida pela Emater com orientação para o fortalecimento das cadeias produtivas existentes, projetos de crédito rural e também com emissão de DAP's, documento de acesso a políticas públicas como os programas de Alimentação Escolar (Pnae), Aquisição de Alimentos (PAA), Habitação Rural (PNHR) e o Pronaf.

Texto: Paula Portilho - 16/12/2013



ESPIGÃO ALTO - MP-PR inicia projeto em aldeia indígena com foco no combate à dependência química

SÍTIO MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO PARÁ, 16.12.2013

Um projeto idealizado pela 1.^a Promotoria de Justiça de Quedas do Iguaçu, para combater o uso abusivo de álcool e de outras drogas entre os índios da Aldeia Pinhal, situada no município de Espigão Alto, no Centro-Sul Paranaense, foi iniciado nesta quinta-feira (11 de dezembro). A iniciativa nasceu do apelo da cacique Jurema Nunes de Oliveira e da diretora da Escola Estadual Indígena Valdomiro Tupã Pires de Lime, Iliane de Luca, para que o MP-PR ajudasse a amenizar o problema, que tem inúmeros reflexos negativos para a comunidade escolar.

“Toda a comunidade da aldeia é impactada por essa situação. Ela acarreta outras problemáticas, como a violência doméstica, a evasão escolar e até a fome, já que há casos em que os homens gastam todo o dinheiro com bebida e deixam suas famílias sem ter o que comer”, explicou a promotora de Justiça Andressa Chiamulera, da 1.^a Promotoria de Justiça de Quedas do Iguaçu. Além disso, segundo relato da cacique da aldeia, o uso abusivo de álcool não é feito apenas por adultos, mas também por adolescentes e crianças.

Primeiro encontro – A primeira reunião com os moradores da aldeia contou com a participação da promotora Andressa, da cacique Jurema, da diretora Iliane e de representantes da Polícia Militar e da Emater, além de integrantes do Conselho Tutelar, das secretarias da Saúde, Educação, Assistência Social, Meio Ambiente e Agricultura, Vigilância Sanitária, Conselho Municipal da Criança – todos do município de Espigão Alto. Realizado na Escola Estadual Indígena Valdomiro Tupã Pires de Lime, o encontro foi prestigiado por alunos, professores, funcionários e familiares dos estudantes. “A ideia é, a partir da comunidade escolar, atingir toda a aldeia, onde moram 365 pessoas, entre adultos e crianças”, explica a promotora de Justiça.

Na conversa de quinta-feira o projeto foi apresentado à comunidade: ele será desenvolvido a partir de encontros mensais com os moradores da aldeia. Embora o foco inicial seja a prevenção e combate ao uso de álcool e de outras drogas, as reuniões também vão focar nos problemas decorrentes da dependência e na discussão dos direitos e deveres dos índios. Para isso, os encontros terão a participação de integrantes do MP e dos órgãos da prefeitura ligados a cada questão abordada.

Estão programados seis encontros: o primeiro focará em Saúde; o segundo, em Educação; o terceiro será o destinado à participação do Ministério Público; o quarto é voltado à Assistência Social; o quinto será feito pelos integrantes do Conselho Tutelar e no último será realizado o fechamento e a avaliação do projeto, com todos os departamentos envolvidos na ação.

Informações para a imprensa com:

Assessoria de Comunicação

Ministério Público do Paraná

(41) 3250-4228/4469



Arquivada RCL sobre ampliação da reserva indígena Kaxarari

SÍTIO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, 16.12.2013

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (arquivou) à Reclamação (RCL 14473) ajuizada pelo Município de Lábrea (AM) contra decisão judicial que havia determinado a revisão e ampliação da Terra Indígena Kaxarari, situada entre Lábrea (AM) e Porto Velho (RO). O município apontou descumprimento da decisão tomada pelo Supremo no julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, realizado por meio da Petição (PET) 3388.

Segundo explicou o ministro Marco Aurélio, no julgamento de recurso (embargos de declaração) na PET 3388, o Plenário “não sufragou o entendimento sobre o fato articulado” na reclamação do Município de Lábrea. Isso porque, pela decisão do Supremo, as salvaguardas fixadas para dirimir conflitos no caso concreto da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol não foram estendidas para a demarcação de outras reservas. “O relator dos embargos (de declaração na PET 3388) chegou a consignar que o pronunciamento alusivo à referida petição mostrou-se específico, limitado às terras indígenas de Raposa Serra do Sol”, ressaltou o ministro Marco Aurélio.

Com esses argumentos, o ministro negou seguimento ao pedido do Município de Lábrea e derrubou liminar por ele concedida parcialmente em setembro de 2012 para suspender as atividades de grupos técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) que cumpriam a determinação de revisão e ampliação da reserva feita pelo juízo da 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária de Rondônia.

RR/AD

Conflito com indígenas prejudica a reforma agrária

SÍTIO SUL NEWS, 16.12.2013



[CAMPO GRANDE NEWS] Celso Cestari

O superintendente do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) em Mato Grosso do Sul, Celso Cestari, afirmou durante evento na Associação Nipo-Brasileira, que esta indefinição em relação aos conflitos indígenas prejudicam o processo de reforma agrária no Estado.

“O foco do governo federal está na questão indígena, todas as ações estão direcionadas a esta situação, nós estamos preocupados com a resolução do conflito que atrapalha nosso trabalho”, destacou Cestari.

O superintendente apontou as cidades de Japorã e Paranhos onde já havia um estudo sobre avaliação de terras para reforma agrária e que foram suspensas pelos conflitos indígenas.

“A Funai (Fundação Nacional do Índio) estabeleceu uma área muito grande indicada aos indígenas nesta região, o que atrapalha nosso trabalho, também esperamos uma solução para esta questão”, ponderou ele.

O governador André Puccinelli (PMDB) espera que agora o governo federal apresente o cronograma de ações para aquisição das terras em conflito.

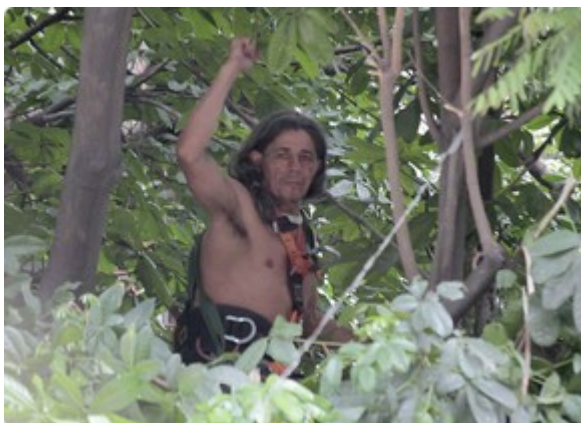
Ele ressaltou que já foi criado o Fepati (Fundo Estadual de Terras Indígenas) que irá ser utilizado na compra das terras. “Desta vez não tem mais desculpa”.

Índio permanece em árvore no Maracanã na manhã desta terça

SÍTIO G1/RJ, 17.12.2013

Por precaução, bombeiros colocaram um colchão embaixo da árvore. Durante desocupação de antigo Museu do Índio, 26 pessoas foram detidas.

Por Guilherme Brito
Do G1 Rio



O índio Urutau Guajajara, que resistiu à desocupação do antigo Museu do Índio, no Complexo do Maracanã, na Zona Norte do Rio, na segunda-feira (16), passou a madrugada em cima de uma árvore. Bombeiros tentavam negociar e, por precaução, colocaram um colchão embaixo da árvore. O indígena permanecia a uma altura de aproximadamente 5 metros do chão. Ele foi o único que não deixou a área após a reintegração de posse no prédio do antigo museu. Alguns manifestantes também continuavam no local.

Às 8h30 desta terça-feira (17), após varias

tentativas, os ativistas conseguiram lançar a comida com sucesso para o índio. Ele vai comer após quase 24 horas sem alimentação.

Segundo os indígenas, a Justiça não expediu uma nova ordem judicial para a desocupação do imóvel e a reintegração de posse. "O governo do estado está usando uma liminar do dia 22 de março, que já foi aplicada e suspensa por esse despacho do juiz, que unificou todas as ações na esfera federal. Então está suspensa, aquilo não existe", afirmou o líder indígena Paulo Apurinã.

A Justiça federal informou que, depois de março, não emitiu novo mandado para desocupação do imóvel. A Justiça ainda informou que o processo está suspenso desde agosto. O governo do estado declarou que se baseou na ordem judicial expedida em março para retirar os índios do prédio. A PM disse que houve resistência e que os policiais precisaram fazer uso da força.

O índio subiu na árvore por volta das 10h de segunda-feira, e bombeiros foram chamados para retirá-lo de lá. Durante a noite, o advogado dos indígenas voltou ao prédio. Ele diz que tentou entregar água e alimento para o índio, mas foi impedido pelos bombeiros e classificou a ação como arbitrária.

CONT.



O advogado Arão da Providência Filho entrou na 7ª Vara de Fazenda Pública com uma ação civil pública pedindo a reintegração de posse do prédio, baseado em um despacho civil público emitido no dia 23 de setembro pelo juiz Bruno Otero Neves, que determinou que a área de 14 mil metros quadrados (onde está o prédio anexo ocupado pela Odebrecht) seja devolvida aos indígenas.

Alexandre Vasconcelos, funcionário de uma escola técnica e simpatizante da causa, levou comida para o índio Urutau, que estava na árvore. A mulher do indígena também esteve no local e tentou entregar comida para ele. Segundo uma carta lida por uma das lideranças indígenas, a decisão só sairá nesta terça-feira. Por isso, o índio Urutau decidiu permanecer no local.

A carta foi lida pelo índio Ash Ashinka, da etnia Ashinka, do Acre. "Nós sofremos uma violência arbitrária por parte da polícia, que chegou sem ordem judicial quando estávamos em luta contra a ocupação do patrimônio indígena, que está sendo destruído pela Odebrecht", disse Ash.

Ativistas

Um ativista foi detido durante um princípio de confusão entre policiais e defensores do índio Urutau, por volta das 12h30 de segunda-feira. Com ele, 26 pessoas haviam sido levadas para a 18ª DP (Praça da Bandeira) até aquele horário. De acordo com o delegado titular, Fábio Barucke, 24 pessoas foram ouvidas, autuadas por resistência e liberadas. Uma foi autuada por receptação de material furtado e liberada. O ativista foi autuado por desacato e resistência e liberado após pagar fiança.

Cerca de 150 agentes do Batalhão de Choque (BPChq), com apoio do 4º BPM (São Cristóvão), fizeram um cerco na área. Houve momentos de tensão, e policiais chegaram a usar gás de pimenta. "Precisamos estabelecer um perímetro de segurança, até porque há risco, algumas pessoas resistiram e houve um tumulto, mas já foi controlado", explicou o comandante do Batalhão de Choque, tenente-coronel Marcio Rocha.

Protesto contra demolição

A Polícia Militar chegou na manhã de segunda-feira para desocupar o imóvel após o grupo ter invadido, no domingo (15), um prédio vizinho em obras, em protesto contra demolições no local. Os ativistas reclamaram de violência por parte dos policiais. Em nota, o Batalhão de Choque diz que houve resistência e que foi usada "força proporcional" para conduzir os detidos à DP.

Também em nota, o governo do estado afirmou que o antigo Museu do Índio não será derrubado para obras da Copa do Mundo, mas reformado, dando espaço ao Centro de Referência das Culturas Indígenas.

A PM fechou a Radial Oeste por quase três horas, até as 10h30 de segunda, por questão de segurança, segundo a polícia. O trânsito ficou ruim na região até que a via fosse liberada.



Guerra aos índios

SÍTIO PORTAL BRASIL, 18.11.2013

"Por meio dos ruralistas, os fazendeiros tentam 'roubar', como sempre foi feito na história do nosso país, as terras pertencentes à União e usadas como reservas indígenas", critica deputado

por Dr. Rosinha

No último dia 11 de dezembro, houve uma queda de braço na Câmara dos Deputados: de um lado, os poderosos (deputados fazendeiros ou financiados por eles) ruralistas e, do outro (as vítimas de sempre, os indígenas do Brasil), alguns poucos deputados se manifestando contra a Proposta de Emenda a Constituição (PEC) 215/2000. Nessa queda de braço, discursos, caras feias e olhares de ódio. Os olhares de ódio eram dados pelos ruralistas aos índios que se dirigiam a eles com o grito de "assassinos".

À tarde, antes da instalação da comissão, alguns ruralistas revelaram que estão fazendo leilões de animais para arrecadar fundos com o objetivo de contratar segurança para seus territórios. Contratar segurança?!

Alguém acredita que os pistoleiros, opa, que os seguranças vão se conter e somente defender o território?

O jornal O Globo, de 7 de junho deste ano, divulga que "nos oito anos de governo do ex-presidente Lula e nos dois primeiros da presidente Dilma Rousseff, 560 índios foram assassinados no Brasil — média de 56 por ano". Esses números foram levantados pelo Conselho Indigenista Missionário (Cimi), ligado à Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB). A mesma matéria revela que "nos dois primeiros anos do governo Dilma, 108 índios foram assassinados no país, uma média de 54 por ano".

A matéria não informa quantos fazendeiros foram assassinados por índios no mesmo período. Fui ao Google procurar, e sinceramente, encontrei somente uma referência de assassinato de um fazendeiro cometido por um índio.

Não sou daqueles que entendem que a justiça é feita na base do "olho por olho, dente por dente", mas também não sou o cego que não quer ver. Há, sim, no Brasil uma política de extermínio de índios levada adiante por alguns fazendeiros e algumas empresas do agronegócio. O extermínio se dá pelo assassinato ou pela retirada das terras deles.

Isso ocorre pela ausência do Estado na defesa do nosso povo originário e dos negros que para cá foram trazidos à força. Com o Estado ausente, os fazendeiros se armam e contratam capangas e pistoleiros (e os chamam de seguranças).

CONT.



Desde 2000, tramita na Câmara dos Deputados a PEC 215, apoiada e defendida por todos os deputados e deputadas ruralistas, hoje quase sinônimos de construtores da opressão e da exploração. Opressão aos pobres, pretos e índios e da terra, até a depredação total. Há exceções, mas essa é a regra.

Dia 11, quarta-feira da semana passada, no fim do ano legislativo (cheira mal), o presidente da Câmara dos Deputados, Henrique Alves (PMDB-RN), instalou uma comissão especial para deliberar sobre a PEC 215. A PEC pretende alterar o artigo 231 da Constituição Federal, transferindo do Poder Executivo para o Congresso Nacional a decisão de aprovar a demarcação das Terras Indígenas. Pior, transfere também o poder de rever as terras já demarcadas e homologadas. Por meio dos ruralistas, os fazendeiros tentam “roubar”, como sempre foi feito na história do nosso país, as terras pertencentes à União e usadas como reservas indígenas.

O discurso para a aprovação da emenda à Constituição não tem nenhuma sustentação legal ou de mérito. No mérito, não cabe ao Poder Legislativo executar a demarcação de terras, seja para índios, quilombolas ou qualquer outra finalidade, como, por exemplo, elucidar conflitos. Nesses casos, a quem o Legislativo vai recorrer, uma vez que o Congresso não dispõe de técnicos, recursos financeiros e informações qualificadas? E mais, chama para dentro do Congresso todos os conflitos de terra do país.

O resultado da aprovação desta emenda pode resultar, entre outras coisas, (1) na paralisação definitiva de toda e qualquer demarcação de terras; (2) na suspensão de antigas homologações sem futura definição; (3) no permanente conflito no seio do Congresso; (4) no aumento da chantagem entre os grupos políticos no Congresso e entre o Poder Legislativo e Executivo; (5) em maior demanda judicial; e, (6) no aumento do número de assassinatos no campo.

Os ruralistas querem o conflito, a guerra contra os índios.

Ativistas, índios, policiais e a tensão de volta no Rio de Janeiro

SÍTIO JORNAL DE HOJE, 17.12.2013



Ativistas enfrentaram os policiais militares, que tiveram de fazer uso da força em vários momentos para levar adiante a operação de desocupação do antigo Museu do Índio. Um ônibus da corporação encaminhou os detidos, dentre eles representantes dos índios, até a delegacia mais próxima.



Todos eles, depois de identificados e de prestarem depoimentos, acabaram liberados ainda ontem, devendo receber penas alternativas do Juizado Especial Criminal. Desde agosto que o prédio estava novamente ocupado, com faixas que indicavam a resistência, e a nova ação está sendo contestada pelo fato de um oficial de Justiça não ter acompanhado os policiais militares. Há queixas quanto a um alegado uso excessivo de força pelos agentes que chegaram cedo ao local.



Museu do Índio e violência da PM
SÍTIO BLOG DO MIRO, 17.12.2013

Do jornal Brasil de Fato:

A Tropa de Choque da Polícia Militar do Rio de Janeiro usou de violência para despejar cerca de 40 indígenas e manifestantes que ocuparam o prédio do antigo Museu do Índio, ao lado do Estádio Jornalista Mário Filho, o Maracanã, na zona norte do Rio.

A reintegração, que ocorreu na manhã desta segunda-feira (16), terminou com dezenas de feridos e 25 ativistas detidos. Crianças e uma gestante também foram agredidas pela polícia. Um indígena da tribo Guajajara resistiu à ordem de desocupação da PM e subiu em uma árvore próxima ao museu.

No final de semana, o espaço abrigou o 1º Encontro da Frente Independente Popular. Durante o evento, indígenas ocuparam o prédio anexo que pertence ao Ministério da Agricultura e, em seguida, PMs cercaram o local ameaçando desocupar ambos os imóveis.

O governo do estado divulgou nota na manhã de hoje reiterando que o prédio do antigo Museu do Índio não será derrubado e sim transformado em um Centro de Referência das Culturas Indígenas. Já o prédio que abrigou o antigo Laboratório Nacional Agropecuário do Ministério da Agricultura e que foi ocupado pelos índios no domingo, será mesmo.

Em março deste ano, os indígenas que ocupavam o prédio desde 2006 foram retirados com forte aparato policial, gás lacrimogêneo e balas de borracha. O local ficou conhecido como "Aldeia Maracanã". Inicialmente, o prédio seria demolido para a construção de um estacionamento e de um shopping que faziam parte do projeto do novo Maracanã. demolido.



ICMBio e FUNAI realizam oficina entre extrativistas e indígenas

SÍTIO ECOAMAZÔNIA, 17.12.2013

O Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio) e a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) realizaram no município de Pauini, Amazonas (AM), uma oficina para facilitar a definição dos termos do "III Acordo de Convivência entre Extrativistas da Reserva Extrativista (Resex) Médio Purus e Indígenas do Baixo Seruini", para implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental de Terras Indígenas. O evento contou com a participação de representantes da Organização dos Povos Indígenas Apurinã e Jamamadi (OPIAJ), da Associação dos Trabalhadores Agroextrativistas do Médio Purus (ATAMP), Federação dos Povos Indígenas do Médio Purus (FOCIMP) e do Conselho Nacional das Populações Extrativistas (CNS).

A oficina permitiu o debate entre indígenas e extrativistas sobre a divisão das áreas de coleta da castanha, sem prejuízo da manutenção. Foi incluído no acordo de convivência, o consumo de recursos alimentares, a abertura de roças, áreas de pastagem e a criação de uma comissão para o acompanhamento das ações. Fazem parte da comissão, três indígenas e três extrativistas, além de um representante de cada uma das instituições envolvidas (OPIAJ, ATAMP, FUNAI e ICMBIO). O acordo será encaminhado para o Conselho Deliberativo da Reserva Extrativista do Médio Purus, para ser legalizado.

O Coordenador Geral de Gestão Socioambiental, Daniel Castro declarou ser a favor da forma como o acordo foi implementado. "Estabelecer diálogos e construções coletivas sempre trazem benefícios para conservação e proteção das nossas unidades de conservação. Neste sentido, a Política Nacional de Gestão Territorial e Ambiental de Terras Indígenas representa um grande avanço na gestão de áreas sobrepostas."

Para José Maria Ferreira de Oliveira, diretor do CNS, o acordo precisa ser acompanhado de perto por representantes do ICMBio e da FUNAI. "O acordo só vai funcionar mesmo se os dois órgãos se envolverem e garantirem que a comissão se reúna e consiga encaminhar a demanda do pessoal lá da ponta. É preciso apoiar o fortalecimento da cadeia da castanha na região, o funcionamento do comitê e apoiar os moradores com fiscalização".

FONTE : Comunicação ICMBio



TI Raposa Serra do Sol Indígenas repudiam propaganda de que passam fome
SÍTIO ROWNEWS, 17.12.2013

Comitiva de deputados constata que povos indígenas de Roraima vivem melhor do que há cinco anos.

Membro da comitiva que se deslocou à Terra Indígena Raposa Serra do Sol, em Roraima, para averiguar a situação em que vivem as etnias após cinco anos da retirada dos não índios da região, o deputado federal Padre Ton (PT-RO) disse não ter encontrado um único indígena para corroborar o discurso de parlamentares ruralistas de que estariam passando fome depois da desintrusão. A agenda, de 6 a 8 de dezembro, teve a participação da deputada Janete Capiberibe (PSB-AP) e Renato Simões (PT-SP).

“Nos reunimos em Boa Vista, na sede do Conselho Indígena de Roraima (CIR), durante quatro horas com cerca de 80 lideranças indígenas e também com indígenas que moram nas cidades. E eles repudiaram a propaganda de que passam fome, de que estariam em situação precária por causa da retirada dos arroteiros de suas terras”, declara Padre Ton.

Relatório com mais de 20 páginas, vídeos, slides e fotografias da visita feita às aldeias será apresentado à Comissão de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CMADS) ainda nesta semana, com recomendações às autoridades do governo federal para viabilizar necessidades relatadas à comissão.

“Todas as lideranças asseguraram a existência de grande preconceito, atingindo indistintamente os Macuxi; Wapixuna; Taurepang; Inagarikó; Wai-Wai; Yanomami e Patamona entre outras etnias. Se teve índio vivendo em lixão isso ocorreu porque foi levado para lá, conforme as lideranças, por arroteiros interessados em ficar com suas terras”, diz o deputado. Ele referiu-se ao lixão da cidade de Pacaraima.

O preconceito se manifesta, por exemplo, no fato do governo do Estado não ter feito mais a manutenção nas estradas que levam às aldeias. “As estradas, antes conservadas para servir aos fazendeiros, depois da demarcação foram abandonadas. As escolas e os postos de saúde existentes foram construídos pela própria comunidade com a ajuda de parceiros”, disse o coordenador-geral do Conselho Indígena de Roraima (CIR), Mário Nicácio, que acompanhou a comitiva.

Nicácio, que fez o convite inicialmente ao deputado Padre Ton, coordenador da Frente Parlamentar de Apoio aos Povos Indígenas, para visitar a Terra Indígena Raposa Serra do Sol, condenou o discurso dos deputados da Comissão da Amazônia que lá estiveram em abril deste ano. “Os índios de Roraima não estão morrendo de fome e nem estão precisando catar lixo para sobreviver”, afirmou, no primeiro encontro da comitiva, no sábado, 6, na sede do CIR em Boa Vista.

CONT.



A liderança Macuxi Abel Lucena endossou: "Quem disser que os índios de Roraima passam fome está mentindo. O que precisamos é de apoio dos governos para desenvolvermos projetos nas áreas da cultura, educação, produção agrícola e infraestrutura".

Para a comitiva de parlamentares, recebida com festa por mais de 2 mil índios na visita à região das Serras, no Centro Regional Maturuca, porção Nordeste da TI Raposa Serra do Sol, não há dúvida de que os povos indígenas vivem melhor agora do que antes.

"Atestamos isso com o que vimos. Eles passaram a ter mais sossego, melhoraram a produção de alimentos, a criação de gado e retomaram sua cultura", diz Padre Ton. Atualmente, com apoio da Diocese de Roraima, a produção de gado chega a 60 mil cabeças. Eles produzem arroz, milho e farinha e criam outros animais, como porcos e galinhas.

O representante da Ordem dos Advogados do Brasil em Roraima, Antonio Oneildo, disse "ser fato que há uma melhora na vida dos indígenas", e denunciou: "Onde eles estão não tem presença do Estado; onde estão os brancos tem estradas asfaltadas, para os índios nada; o Luz para Todos não existe e os anti-indígenas usam o IDH para depreciar os povos indígenas".

Educação

As lideranças e os representantes das instituições federais - Universidade e Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia - relataram muitos problemas na educação. Não há transporte para operacionalizar o material de uso nas escolas, faltam professores e escolas.

A reitora do IFRR disse ser necessário mais recursos para manter o programa de seleção específica de jovens indígenas para cursos de formação baseados nos saberes das etnias, e o representante do Instituto Socioambiental (ISA) na região declarou que mais de 100 alunos indígenas já se formaram pela Universidade Federal de Roraima em cursos de licenciatura, gestão territorial e gestão de saúde indígena, mas o desafio é manter a oportunidade para novos estudantes porque a Funai não tem mais a responsabilidade de conceder bolsas de estudo e o Ministério da Educação não assumiu essa tarefa.

Para o deputado Renato Simões (PT-SP), a homologação da Terra Indígena Raposa Serra do Sol "foi a maior conquista do movimento indígena do Brasil nos últimos anos" e avaliou que os "ataques à imagem dos índios da região tem o propósito estratégico de enfraquecer a luta dos indígenas e assim impedir demarcações em estados como Mato Grosso do Sul, Santa Catarina e Bahia".

Ao falar às lideranças indígenas, o deputado Padre Ton incentivou a defesa da representação parlamentar indígena para que as etnias possam garantir políticas públicas na educação, infraestrutura, assistência técnica para a produção agrícola, projetos para capacitação e geração de renda etc.

Comunidade Barro

Primeira a ser visitada, a Comunidade Barro, na região Surumu, onde vivem cerca de 500

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

indígenas, recentemente sofreu represálias de fazendeiros – atearam fogo no prédio do antigo internato e na capela da comunidade, destruindo parte das instalações.

Na região funciona o Centro Indígena de Formação Cultural Raposa Serra do Sol, mantido pelo CIR e Diocese de Roraima, empregando a pedagogia da alternância na formação dos jovens indígenas em cursos de técnico em agropecuária e gestão territorial.

Grupo de rap indígena do Mato Grosso do Sul expõe problemas da aldeia
SÍTIO BOL, 17.12.2013



Os integrantes do grupo de Rap MC Bros, da etnia Guarani Kaiowá

A pioneira banda de rap Bro Mc's formada por índios da etnia Guarani Kaiowá denuncia com combativas rimas em guarani e português os problemas da aldeia localizada em terras ameaçadas pelo desmatamento ilegal.

Quatro jovens nativos provenientes de um pequeno povoado próximo à cidade de Dourados, em Mato Grosso do Sul, começaram em 2008 a contar os conflitos cotidianos em uma região tomada pela poda ilegal que compromete a forma de vida ancestral.

A ideia surgiu para canalizar as reivindicações e os conflitos da comunidade nativa da maior reserva urbana do Brasil, segundo explicaram os integrantes à Agência Efe.

Há somente dez dias, por exemplo, um líder da mesma etnia, Ambrósio Vilhalva, de 52 anos, foi esfaqueado até a morte em uma região em conflito pela propriedade de terras.

Os rappers denunciam em suas letras o esquecimento, a perseguição e, inclusive, a repressão da cultura originária no Brasil e em boa parte da América do Sul.

A banda esteve em Assunção para participar do festival "Todos com sawhoyamaxa", organizado pela Anistia Internacional e pela ONG Tierraviva em solidariedade a um grupo indígena paraguaio expulso de suas terras por um criador de gado. Os índios aguardam o cumprimento da sentença internacional que obriga a devolução dos 14 mil hectares.

CONT.



"Valorizamos nossa língua. Somos o único grupo indígena no Brasil que faz rap e mistura português com guarani", disse em português em entrevista à Efe Bruno, um dos integrantes do grupo.

Os espetáculos até agora acontecem em cidades grandes do Brasil e do Paraguai, onde o guarani é idioma oficial junto ao espanhol. Presente também em partes de Bolívia, Brasil e Argentina, o guarani é falado por mais de 90% dos paraguaios, de acordo com o último censo local.

Adany Muniz, outro integrante, explicou que o Mato Grosso "está dominado pela economia do agronegócio que rejeita e persegue" sua cultura.

"Existe muito conflito pela questão da terra e o preconceito contra o indígena. A sociedade não aceita nossa cultura e nossa identidade, então somos muito melhor recebidos em outros estados onde não há indígenas como São Paulo, Rio de Janeiro e Brasília", explicou.

Kelvin, outro componente, afirmou que a banda se transformou em "uma oportunidade muito grande para mostrar a capacidade da cultura indígena" e de sua língua.

"É muito importante que nós, indígenas, tenhamos um sonho e possamos ir atrás dele", acrescentou.

Clemerson, que junto com o irmão Bruno fundou a banda, destacou a surpresa que causaram na própria aldeia quando começaram a cantar rap.

Depois veio a gravação do clipe, que já tem mais de 100 mil acessos no YouTube e alguma repercussão na imprensa. A banda faz um rap diferente, misturando bases clássicas com instrumentos de origem guarani kaiowá e toques da musical brasileira.

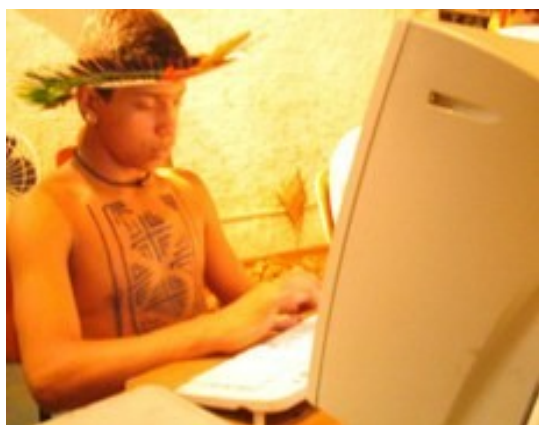
"A música brasileira é muito rica, e buscamos colocar isso na nossa porque não representamos só uma etnia, mas sim um Brasil de muita diversidade e muitos ritmos", declarou Adany Muniz.

Os integrantes viajaram ao Paraguai aceitando somente o pagamento da passagem para colaborar com sua arte na causa de outra etnia indígena, e esperam continuar cantando para "imortalizar o guarani" e divulgar o conflito de sua terra.

Comunidades indígenas recebem capacitação digital

SÍTIO PORTAL BRASIL, 17.12.2013

Unesco financia, em 2014, oficinas técnicas de produção e distribuição de livro digital que conta a história dos povos indígenas brasileiros



Todo ano Unesco abre novo edital para financiamentos de projetos

O Fundo Internacional pela Diversidade Cultural da Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e Cultura (Unesco) vai financiar, em 2014, um projeto brasileiro de capacitação digital para 16 integrantes de 8 comunidades indígenas. É o projeto Thydêwá, elaborado pela ONG de mesmo nome, que visa a organização de oficinas técnicas de produção e distribuição de um livro digital voltado para a divulgação das culturas indígenas do Brasil.

A seleção do projeto para receber financiamento do fundo da Unesco ocorreu na última semana, durante a reunião anual do Comitê Intergovernamental da Convenção sobre a Proteção e a Promoção da

Diversidade das Expressões Culturais, na sede da Unesco, em Paris. O Ministério da Cultura (MinC) foi representado na reunião pela assessora de Assuntos Internacionais da Secretaria da Cidadania e da Diversidade Cultural (SCDC/MinC), Giselle Dupin, integrante da delegação brasileira que acompanhou à reunião.

O Thydêwá foi selecionado junto com outros 9 projetos culturais de fortalecimento e promoção da diversidade cultural, em diferentes países, entre eles a África do Sul, o Peru, o Paraguai e o Zimbábue. Este é o 2º projeto brasileiro a ser financiado pelo Fundo Internacional pela Diversidade Cultural da Unesco. O primeiro foi o Vídeo nas Aldeias, em 2012. Um projeto de capacitação e produção audiovisual realizado para jovens indígenas.

A instituição proponente vai receber um apoio de U\$ 90,950 mil para organizar oficinas dedicadas às técnicas narrativas, à ilustração, à concepção gráfica e a programação de ferramentas digitais a fim de ensinar os participantes a produzirem e distribuírem e-books com histórias e informações sobre a cultura indígena brasileira. Os povos indígenas que integram o projeto são: Kariri-Xocó (AL), Pataxó Hãhãhãe (BA), Pankararu (PE), Tupinambá (BA) Karapotó (AL), Xokó (SE), Pataxó (BA) e Tuxá (BA).

O projeto cultural Thydêwá foi selecionado por ser uma ação que empodera e dá voz aos povos autóctones do Brasil, possibilitando às comunidades indígenas utilizarem a Web como ferramenta de difusão de suas culturas. A ONG brasileira Thydêwá, proponente do projeto, tem

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

sede nas cidades de Salvador e Ilhéus, no estado da Bahia. É uma organização que se dedica à promoção dos direitos dos povos indígenas e da cultura de paz.

Oportunidade

Todo ano a Unesco abre novo edital para financiamentos de projetos de fortalecimento à diversidade cultural os povos. Os editais são divulgados sempre no primeiro semestre. Os interessados em participar devem ficar atentos ao site da Comissão Nacional da Unesco, sediada no Itamaraty.

Fonte:
Ministério da Cultura



Comissão da PEC da demarcação de terras indígenas define cronograma de trabalho
SÍTIO JORNAL BRASIL, 17.12.2013

A comissão especial da Câmara que decidirá sobre a demarcação de terras indígenas define hoje, às 18 horas, o cronograma de trabalho. Os deputados vão analisar a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 215/00, que transfere do Executivo para o Legislativo a palavra final sobre a criação de áreas indígenas no País.

O colegiado será presidido pelo deputado Afonso Florence (PT-BA), que já foi ministro do Desenvolvimento Agrário. A relatoria caberá ao deputado Osmar Serraglio (PMDB-SC), que já havia relatado e recomendado a aprovação da admissibilidade da proposta na Comissão de Constituição e Justiça e de Cidadania.

A comissão tem prazo regimental de 40 sessões ordinárias do Plenário da Câmara para a conclusão dos trabalhos, mas esse período pode ser prorrogado por mais 20 sessões. A maioria dos titulares e suplentes da comissão especial é de integrantes da Frente Parlamentar do Agropecuária.

Polêmica

A comissão especial foi instalada na semana passada, em meio a protestos de indígenas. Integrante da Frente Parlamentar em Defesa dos Povos Indígenas, o deputado Padre João (PT-MG) aposta na mobilização popular para impedir a aprovação dessa proposta. "A instalação dessa comissão especial não pode significar uma derrota dos povos indígenas. Não existe nenhuma política pública sem primeiro garantir a terra."

Fonte: Agência Câmara Notícias



Dourados lança dia 18 Ação Saberes Indígenas na Escola

SÍTIO REPÓRTER MS, 17.12.2013

A Prefeitura de Dourados através da Secretaria de Educação, Faculdade Intercultural Indígena e UFGD (Universidade Federal da Grande Dourados) lançam quarta-feira, dia 18, às 18h, a "Ação Saberes Indígenas na Escola". O evento será no auditório da UFGD, na unidade I (antigo Ceud).

A Ação Saberes Indígenas na Escola, instituída pelo Ministério da Educação através do Programa Nacional dos Territórios Etnoeducacionais. Dourados aderiu ao programa em razão de que o município mantém seis escolas na área indígena e uma escola localizada na Missão Evangélica Caiuá, onde 90% dos alunos são indígenas.

A Ação Saberes Indígenas na Escola é executada pela UFGD em parceria com o Estado, Secretaria de Educação, MEC (Ministério da Educação), UFMS (Universidade Federal de Mato Grosso do Sul), Uems (Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul) e UCDB (Universidade Católica Dom Bosco).

O objetivo da ação é promover a formação continuada de professores indígenas no processo de alfabetização, respeitando suas línguas maternas e seus processos próprios de aprendizagem. Durante dois anos os cursistas selecionados das escolas indígenas vão elaborar material didático diferenciado de forma que atenda mais adequadamente realidades étnicas e culturais, previstas na legislação brasileira da Educação Escolar Indígena.

A seleção dos cursistas aconteceu no dia 14 de novembro, na Unidade I da UFGD, onde esteve reunida a Banca de Seleção formada pelos representantes da Secretaria Municipal de Educação, UFGD e Coordenadoria Especial de Assuntos Indígenas, para análise das inscrições, currículos e contagem de pontos dos candidatos.

Após a análise das 27 inscrições, foram homologadas 24 e, dentre estes, classificados sete candidatos que obtiveram a maior nota, um por escola. Os demais candidatos homologados ficarão como suplentes em caso de desistência de alguns dos orientadores classificados.

Mais informações sobre a ação podem ser obtidas pelo telefone (67) 3410-2621, na Secretaria de Educação, com a professora Teodora de Souza, ou na Faculdade Intercultural Indígena, com a professora Neimar Machado de Sousa.

Deputado diz que Terra indígena é a que estava ocupada até a Constituição de 88
SÍTIO RONDÔNIA AO VIVO, 17.12.2013



O deputado federal Moreira Mendes (PSD-RO) avaliou os conflitos no País decorrentes das demarcações de terras indígenas e disse que a instalação da comissão especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição 215/2000 não pretende suprimir direitos dos indígenas, mas sim debater o assunto de forma a consolidar uma solução “equilibrada”.

“Não podemos ser o País da cizânia, das diferenças, nós temos que construir esse caminho aqui. Nosso papel é ter equilíbrio e, depois de uma ampla discussão com a sociedade, encontrar uma solução justa para os índios e para os não índios”, disse.

Moreira afirmou que a Constituição determinou a demarcação das terras que os índios ocupavam à época da promulgação em 1988, e que a União teve o prazo de cinco anos para efetivar este dispositivo. Segundo ele, as novas demarcações propostas pela Funai, 20 anos após o prazo constitucional, cria os conflitos vividos no País.

“A Funai não aceita o fato de que a Constituição estabeleceu uma linha de corte, um marco temporal para a questão indígena. Esse fato já foi consagrado pelo Supremo Tribunal Federal. Terra indígena é aquela que estava ocupada quando da promulgação da Constituição”, afirmou.

Segundo o deputado, dados de 2013 indicam que 13% do território nacional estão definitivamente demarcados como terras indígenas. Para ele, a área de 109.871.000 hectares é suficiente para atender os indígenas e preservar seus direitos.

“É o interesse econômico que está por trás disso, não é o interesse dos indígenas, que são usados como massa de manobra. O Brasil é hoje o segundo maior produtor de alimentos do mundo. Isso é que incomoda os nossos adversários de outros países”, ressaltou.

Fonte: Assessoria

Deputados preparam moção de repúdio ao vestibular da USP por questão sobre índios de MS

SÍTIO REGIÃO NEWS, 17.12.2013

Conforme o deputado Zé Teixeira, a questão não tem fundamento e a fonte não tem credibilidade.



Deputados preparam moção de repúdio ao vestibular da USP por questão sobre índios de MS

Os deputados estaduais da bancada ruralista Zé Teixeira (DEM) e Mara Caseiro (PTdoB) estão preparando uma moção de repúdio ao vestibular da USP por causa da pergunta que faz referência ao assassinato de indígenas entre 2012 e 2013. De acordo com eles, a questão denigre a imagem de Mato Grosso do Sul, além de apresentar dados inverídicos.

Conforme o deputado Zé Teixeira, a questão não tem fundamento e a fonte não tem credibilidade. "Vamos pedir anulação da questão e me reunirei amanhã com Mara e Marquinhos Trad (PMDB) para fazermos uma moção de repúdio", afirmou.

Na pergunta, a Fuvest apresentou tabela, comparando os assassinatos de indígenas no Brasil e no Estado com cinco alternativas. A última delas, que é a correta, traz a seguinte afirmação: No período abrangido pela tabela, a participação do Mato Grosso do Sul no total de indígenas assassinados é muito alta, em consequência, principalmente, de disputas envolvendo a posse de terras.

Pela tabela, dos 554 assassinatos de indígenas no período, 310 ocorreram no Estado. A questão foi elaborada pela Fuvest com base em dados do Cimi (Conselho Indigenista Missionário).

Com base em dados da Sejusp (Secretaria de Estado de Justiça e Segurança Pública), os deputados questionam a veracidade dos dados apresentados na prova, afirmando que a maioria dos assassinatos foram cometidos entre índios, e não por conta da disputa por terras, como afirma a questão

De acordo com a tabela divulgada pela secretaria, entre 2007 e 2013, das 214 ocorrências, 207 foram dentro das aldeias. Deste total, 192 homicídios foram cometidos pelos próprios indígenas, 16 têm como autor pessoas de fora das aldeias e 5 assassinatos constam como ocorrência a apurar.

O prosseguir da questão indígena

SÍTIO TRIBUNA DA IMPRENSA, 17.12.2013



Gelio Fregapani

1 – Acontecimentos no Mato Grosso do Sul – 80 fazendas invadidas para forçar a ampliação e a demarcação de novas reservas indígenas. Ameaçam fazer novas invasões e os produtores rurais preparam-se para reagir. As divergências irreduzíveis e a presença de forças reativas prenunciam um conflito que se sabe como começa mas não como terminará.

Nenhum outro país do mundo admitiria

demarcações de quistos em regiões de fronteira, com o risco de independência destas áreas, muito menos onde o subsolo tem urânio, nióbio e outros minérios raros como no caso da Fronteira Norte. Causa perplexidade a obsessão governamental representado pelo indigno Ministro da Justiça em ampliar continuamente as áreas indígenas em detrimento dos não-índios, ignorando o direito da propriedade e prejudicando a produção e o desenvolvimento. Parece querer provocar uma revolução, pois é óbvio que haverá reação.

Certo, os produtores rurais preparam-se para reagir. Certamente ainda mais do que a integridade da Pátria estão defendendo o que é seu, mas todas as revoluções iniciam assim.

Podemos como exercício, pensar no futuro: É claro que algumas das próximas invasões serão rechaçadas com sangue. Certamente entrará em ação a Força Nacional de Segurança para garantir a integridade dos invasores, mas também encontrará resistência, e se esta for séria chegará a vez do Exército então não mais para ajudar as invasões pois sabem melhor do que os políticos que a questão indígena faz parte do plano anglo-americano de dividir o nosso País.

Se os fazendeiros forem inteligentes evitarão o choque com os índios, atacam as sedes da Funai, do Cimi e das ONGs e castigarão seus membros. Se assim fizerem cortarão a cabeça do mal e pouparão muitas mortes de quem, no final das contas não passa de elemento de manobra do ambicioso estrangeiro.

2 – Mais uma expulsão de brasileiros - 1.200 famílias com seis mil pessoas serão expulsas de São João do Caru, MA, para ampliação de uma reserva indígena destinada a 33 índios nômades do Pará. A ampliação, de 118 mil hectares, ocupará parte do município e áreas de mais três cidades. A maior parte das pessoas que vivem lá são pequenos produtores que praticam agricultura de subsistência. Naturalmente aumentarão o contingente de sem-terra.

CONT.



3 – Dinheiro mal empregado - O Governo anuncia que deverá comprar fazendas para ampliar as reservas indígenas. Que burrada geopolítica. Pode até diminuir a resistência dos produtores rurais, mas prejudicará a produção e incentivará cada vez mais novas invasões. Nós é que pagaremos.

4 – Hora de reformular – É urgente definir várias questões sobre nossos índios. Todos os analistas, todos os militares e todos que prestam atenção aos problemas nacionais sabem de sobra que as principais potências do Ocidente estão usando os índios como peça de manobra para dividir o nosso território. Que visam a posse dos preciosos minérios do subsolo e também eliminar a concorrência na agropecuária.

Sabem que as ONGs devidamente subsidiadas conseguem fazer o que nem a CIA e o M-5 ousariam, dentro de uma guerra de 4ª Geração a qual o nosso povo só agora começa a perceber. A maior parte de nossos patrícios indígenas já é aculturada e a miscigenação é uma realidade. São brasileiros, mas as ONGs agem como se fossem um povo dominado que deve ser libertado.

Como considerá-los selvagens, que necessitam de grandes extensões de terra para caçar e pescar? A experiência demonstra que eles são manipulados por alienígenas, com interesses espúrios, objetivando tirá-los do Brasil só uma reformulação da política indigenista nos salvará dos conflitos que tendem a evoluir para uma Guerra Civil.



Arquivada RCL sobre ampliação da reserva indígena Kaxarari

SÍTIO ATUALIDADES DO DIREITO, 17.12.2013

O município apontou descumprimento da decisão tomada pelo Supremo no julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol

O ministro Marco Aurélio, do Supremo Tribunal Federal (STF), negou seguimento (arquivou) à Reclamação (RCL 14473) ajuizada pelo Município de Lábrea (AM) contra decisão judicial que havia determinado a revisão e ampliação da Terra Indígena Kaxarari, situada entre Lábrea (AM) e Porto Velho (RO). O município apontou descumprimento da decisão tomada pelo Supremo no julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol, realizado por meio da Petição (PET) 3388.

Segundo explicou o ministro Marco Aurélio, no julgamento de recurso (embargos de declaração) na PET 3388, o Plenário “não sufragou o entendimento sobre o fato articulado” na reclamação do Município de Lábrea. Isso porque, pela decisão do Supremo, as salvaguardas fixadas para dirimir conflitos no caso concreto da demarcação da terra indígena Raposa Serra do Sol não foram estendidas para a demarcação de outras reservas. “O relator dos embargos (de declaração na PET 3388) chegou a consignar que o pronunciamento alusivo à referida petição mostrou-se específico, limitado às terras indígenas de Raposa Serra do Sol”, ressaltou o ministro Marco Aurélio.

Com esses argumentos, o ministro negou seguimento ao pedido do Município de Lábrea e derrubou liminar por ele concedida parcialmente em setembro de 2012 para suspender as atividades de grupos técnicos da Fundação Nacional do Índio (Funai) que cumpriam a determinação de revisão e ampliação da reserva feita pelo juízo da 5ª Vara Federal Ambiental e Agrária de Rondônia.

Fonte: STF, 16 de dez. de 2013



Governo do Estado beneficia 137 famílias quilombolas de Santa Rita e Icatu
SÍTIO BLOG DO IDALGO LACERDA, 17.12.2013

O Governo do Estado, por meio do Instituto de Colonização e Terras do Maranhão (Iterma), entrega, nesta terça-feira (17), título comunitário em Santa Quitéria, e cerca de 60 títulos de Domínio Individuais em Zé Doca, na quarta-feira (18), a famílias remanescentes dos quilombolas.

Já as comunidades quilombolas dos povoados Santana, no município de Santa Rita, e Boqueirão, em Icatu, receberam do Governo do Estado, por intermédio do Iterma, os títulos de Reconhecimento de Domínio Comunitário, o documento definitivo de propriedade da terra, no fim de semana.

Os títulos, com força de escritura pública, foram entregues aos presidentes das associações quilombolas de Santana, José dos Santos (com uma área de 201 hectares) e Boqueirão, José da Silva Gomes (área de 1.637 hectares) que beneficiou 137 famílias. Participaram da solenidade o presidente do Iterma, Luiz Alfredo, que no ato representou a governadora Roseana Sarney, e o diretor de Recursos Fundiários, Luiz Augusto Martins.

De acordo com Luiz Alfredo, com os títulos, os moradores e integrantes das associações de remanescentes de quilombos contempladas podem participar dos programas do Governo Federal que tratam de benefícios destinados a agricultores familiares e comunidades quilombolas. O presidente do Iterma destacou que de 2011 até dezembro de 2013, foram entregues 27 títulos comunitários de propriedade das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. "Até 2010, apenas 23 títulos semelhantes foram entregues durante toda a história do Maranhão", afirmou.

Também participaram do ato de entrega dos títulos, lideranças comunitárias rurais e o representante da comunidade de Santana, "seu" José dos Santos, que se disse recompensado pelo trabalho que teve ao lado de todos os moradores, para que recebesse o título. "É uma conquista. Agora, buscaremos outras melhorias, como a construção de casas e investimento no setor", disse ele.

O diretor de Recursos Fundiários de Iterma, Luiz Augusto, lembrou que essas terras estão incorporadas ao patrimônio do estado, com matrículas nos cartórios de registro de imóveis de Santa Rita e Icatu. "Todos os procedimentos administrativos para identificação, o reconhecimento, a delimitação, a demarcação e a titulação definitiva das terras ocupadas por remanescentes quilombolas estão de acordo com o Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003, da Presidência da República", informou.



Seminário discute consultas prévias a povos tradicionais da Amazônia

SÍTIO WD NOTÍCIAS, 17.12.2013

Entidades que representam quilombolas, índios e ribeirinhos querem poder vetar empreendimentos que tragam impactos para a floresta e suas comunidades. A proposta será debatida em Belém nesta terça-feira (17), durante o I Seminário de Consulta Prévia aos Povos Tradicionais da Amazônia.

“Os grandes empreendimentos, sejam de empresas ou do estado, tem impactos que atingem as comunidades tradicionais, pela falta de consulta. O governo federal tenta regulamentar estas consultas e, com esta participação no seminário, vamos caminhar no sentido de garantir poder de veto caso não haja concordância entre empreendedores e a comunidade”, disse José Carlos Galiza, coordenador das Associações das Comunidades Remanescentes de Quilombos do Pará.

Segundo Galiza, um dos empreendimentos que deveria ter sido vetado pelos quilombolas foi a implantação de mineroduto e linha de energia elétrica no território de Jambuaçu, nordeste do Pará. A região, localizada na PA 320 entre os municípios de São Francisco do Pará e Igarapé-açu com cerca de 6 mil habitantes.

O mineroduto foi implantado pela Vale, que fez os levantamentos para a implantação do projeto em 2002. De acordo com a mineradora, foram realizados acordos conforme os parâmetros e exigências da lei, observando os direitos das comunidades quilombolas. Atualmente o mineroduto é de responsabilidade de outra empresa e, segundo Galiza, prejudica a comunidade. “Nós temos 16 comunidades afetadas pelo linha. Famílias perderam parte de seu território. A mitigação foi atropelada”, critica.

Importância

Segundo a promotora de justiça Eliane Moreira, do Ministério Público Federal, que vai falar sobre a consulta prévia a comunidades remanescentes de quilombos, este tipo de debate é importante para ressaltar a importância deste tipo de consulta. “É preciso que ela seja um dos passos iniciais para a execução de qualquer política pública referente a esses povos. Nesse sentido é que estamos realizando essa ação, para mostrar que já temos um caminho muito claro do que deve ser feito, que é ouvir esta população”.

Ainda de acordo com o MP, o processo de debate com a comunidade deve acontecer em todo tipo de empreendimento. “A consulta não é válida apenas para as grandes obras, mas também para a formação de políticas públicas, elaboração de normas, definição de territórios para estes povos tradicionais. O objetivo maior é que seja assumido o protagonismo desses povos. Porque eles são as comunidades que sofrem maiores impactos, mas são também os que menos conseguem intervir neste tipo de situação, e por isso é tão importante que eles sejam ouvidos”, conclui.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

Além do Ministério Público, participam do evento os pesquisadores César Rodríguez Garavito, diretor do Programa de Justiça Global e Direitos Humanos da Universidade dos Andes; Alexandre Andrade Sampaio, consultor jurídico do Programa de Direitos Humanos e Ambiente da Associação Interamericana para a Defesa do Ambiente (Aida); Emmanuel Tourinho, pró-reitor de Pesquisa e Pós-Graduação da UFPA; Girolamo Treccani, coordenador do Programa de Pós-Graduação em Direito; Deborah Duprat, subprocuradora-geral da República; Daniel Avelino, procurador-chefe da Procuradoria da República no Pará; e Felício Pontes Jr, procurador do Ministério Público Federal do Pará.

Serviço: O I Seminário de Consulta Prévia aos Povos Tradicionais da Amazônia acontece nesta terça-feira (17), das 15 às 19h, no campus Guamá da UFPA. O evento é gratuito e aberto à participação da sociedade, mas é necessário fazer uma inscrição prévia: são ofertadas apenas 340 vagas.



Programa de Habitação Rural contratou mais de 100 mil unidades

SÍTIO JL NEWS, 17.12.2013

Da redação

O Programa Nacional de Habitação Rural (PNHR) contratou, até o final de novembro deste ano, mais de 100 mil unidades habitacionais. O número já supera em 67% a previsão de contratação até o final de 2014, que era de 60 mil habitações. Desde o início do Programa, em setembro de 2009, foram investidos em torno de R\$ 2,4 bilhões no setor, e mais de 30 mil moradias já foram entregues em todas as regiões do Brasil. Na região Centro-Oeste, já foram mais de 3.700 famílias beneficiadas no campo.

Em comparação com o mesmo período do ano passado, as regiões que mais cresceram, em número de casas contratadas no PNHR, foram as regiões Norte, 7.600 moradias e crescimento de 179%; e Nordeste, com 149% e 18 mil famílias beneficiadas.

Para a superintendente nacional de Habitação Rural da CAIXA, Noemi da Aparecida Lemes, a superação da meta de contratações do PNHR deveu-se a diversos fatores, desde a simplificação do processo operacional, até o aumento do limite de valores para a construção da casa. "A sinergia entre o poder público e a sociedade civil organizada, por meio de uma política habitacional criada exclusivamente para o campo, possibilitou mais de 100 mil unidades contratadas", afirmou.

O PNHR é parte integrante do Programa Minha Casa Minha Vida (PMCMV). Foi criado pela necessidade de uma política habitacional que atendesse às especificidades da moradia no campo, onde as diferenças em relação ao meio urbano – como cultura, forma de remuneração, gleba de terra e logística para construção – passaram a ser consideradas nos programas de moradia para a população do meio rural.

Enquadram-se no PNHR os agricultores familiares e trabalhadores rurais, além de pescadores artesanais, extrativistas, aquicultores, maricultores, piscicultores, ribeirinhos, comunidades quilombolas, povos indígenas e demais comunidades tradicionais.

Parâmetros PNHR:

Para famílias com renda anual de até R\$ 15 mil (Grupo I), o valor do subsídio, com recursos do Orçamento Geral da União (OGU), é de até R\$ 28,5 mil para construção, e de até R\$ 17,2 mil para reforma. Cada família devolve à União 4% do valor subsidiado, em quatro parcelas anuais (1% por ano – 96% do valor total do projeto é subsidiado). Para a região Norte, o valor do subsídio é de até R\$ 30,5 mil para construir, e de até R\$ 18,4 mil para reformar a moradia.

As propostas devem ser apresentadas à CAIXA por intermédio de uma entidade organizadora, sem fins lucrativos, com no mínimo quatro e no máximo 50 famílias por grupo (exceto para

CONT.



assentados do Plano Nacional de Reforma Agrária). É destinado subsídio do OGU de R\$ 1 mil por família, para a prestação de assistência técnica e execução do trabalho social, para os beneficiários dos Grupos I e II, com renda anual de até R\$ 30 mil.

As famílias beneficiadas pelo PNHR recebem, ainda, capacitação técnica e orientação sobre gestão da propriedade rural, melhoria das moradias, cooperativismo, participação da mulher na gestão da propriedade e ações que visem à permanência do jovem no campo.

Famílias com renda anual entre R\$ 15 mil e R\$ 60 mil (Grupos II e III) podem financiar valores de até R\$ 90 mil, com recursos do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS). O Grupo III atende a famílias com renda bruta anual que vai de R\$ 30 mil até R\$ 60 mil.



Governo tenta atenuar frustrações de populações tradicionais com políticas oficiais
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.12.2013

"O governo Dilma Rousseff ensaiou, nos últimos dias de 2013, um conjunto de medidas visando romper o seu crescente isolamento em relação aos direitos e interesses das populações tradicionais". O comentário é de Márcio Santilli em artigo publicado pelo portal do Instituto Socioambiental – Isa. Segundo ele, "o ano de 2014 promete um processo mais propositivo e menos negativo do que o que lhes foi imposto neste mandato e, especialmente, durante o sinistro ano de 2013". Eis o artigo

IHU On-Line – Após um ano de grandes enfrentamentos com os povos indígenas, o governo Dilma Rousseff ensaiou, nos últimos dias de 2013, um conjunto de medidas visando romper o seu crescente isolamento em relação aos direitos e interesses das populações tradicionais. Em três anos de administração, Dilma acumulou os índices mais negativos dentre os presidentes do ciclo democrático recente quanto à demarcação de Terras Indígenas (TIs), titulação de quilombos, criação de unidades de conservação ambiental e desapropriação para reforma agrária. Neste ano, com o aumento dos protestos em todo o país e a queda relativa na taxa de aprovação ao governo, houve considerável aproximação entre os movimentos sociais da floresta, que passaram a identificar esta conjuntura como particularmente adversa a todos.

Com relação às TIs (alvo principal das investidas dos ruralistas, das empreiteiras e do próprio governo), a proposta mais consensual que resistiu aos embates de 2013 é a de indenizar títulos de propriedade que tenham sido emitidos pela União em áreas abrangidas pela identificação de terras a serem demarcadas. Após o recrudescimento de conflitos, especialmente no Mato Grosso do Sul, parecia ter caído a ficha para o ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, que, no entanto, promete encerrar o ano sem construir um modelo de solução para esses casos. Com vários processos de demarcação acumulados em suas gavetas, ainda ostenta o recorde negativo de providências para esses processos.

Mas foi na outra vertente de conflitos agudos, a dos projetos hidrelétricos que impactam TIs, que se esboçou uma proposta recente, possivelmente oriunda de consultorias que prestam serviços às empresas que executam obras públicas. A ideia seria criar um fundo para apoiar projetos indígenas, composto por 15% dos recursos já pagos pelas empresas a título de compensação para estados, municípios e outros entes, que abririam mão de parte desses recursos aos índios, sem encarecer o custo das obras. Concomitantemente, seria regulamentada a consulta aos povos indígenas afetados por empreendimentos, prevista na Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

A posição do governo sobre o acesso aos recursos do anunciado fundo não é clara, mas a proposta das empresas é que o novo percentual vigore apenas para os novos projetos, sugerindo que ele seja acessível para comunidades que venham a ser por eles afetadas, não havendo indicativo quanto à elegibilidade dos povos afetados por projetos já contratados e, muito menos, para os povos "sem hidrelétrica". Dizem, ainda que os projetos deveriam,

CONT.



prioritariamente, atender as demandas indígenas nas áreas de saúde, educação e atividades produtivas, substituindo recursos orçamentários que já são, ou deveriam ser, destinados a esses fins.

Enquanto isso, a implementação da Política Nacional de Gestão Ambiental das Terras Indígenas (PNGATI) não dispõe de fontes orçamentárias para a sua implementação em escala. Os investimentos resumem-se a projetos piloto, com recursos da cooperação norueguesa doados ao Fundo Amazônia, geridos pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) e repassados para organizações indígenas pelo Ministério do Meio Ambiente (MMA).

É muito pouco para o movimento indígena que, em 2013, demonstrou grande capacidade de mobilização, empatando em tempo político real às ameaças aos seus direitos urdidas no Congresso e no governo. Liderado pela Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB) e com o apoio das lideranças tradicionais, o movimento indígena esteve à frente da resistência ao ataque ruralista contra as áreas protegidas, ampliou alianças com outros movimentos e recebeu a solidariedade de vários segmentos da sociedade brasileira.

Agenda extrativista

A agenda deflagrada pelo governo para populações extrativistas parece mais animadora. Com a presença de três ministros numa reunião na Ilha do Marajó (PA), o governo anunciou, no dia 29/11, um pacote para suprir carências principalmente de assistência técnica e capacitação para essas comunidades. O MMA divulgou que o governo pretende investir R\$ 717 milhões até 2016, porém, não está claro quanto efetivamente será gasto, quando e o qual o percentual deste valor significa recurso adicional aos orçamentos já previstos (veja aqui). Não deixa de ser um movimento positivo, tendo em vista a grave situação atual de abandono em que vive a maior parte das comunidades e embora também esteja paralisada a criação de Reservas Extrativistas (Resex).

De qualquer modo, o pacote extrativista premiou esforços persistentes do Conselho Nacional de Populações Extrativistas (CNS) e da Secretaria Geral da Presidência da República, que cuidou de articular as demandas dos extrativistas junto a diferentes ministérios. Em 2013, o CNS não deixou de cobrar providências em relação aos processos de criação de novas Resex, paralisados no MMA, mas priorizou uma agenda pragmática nas relações com o governo, evitando o envolvimento institucional mais direto nas manifestações de protesto dos índios e de outros segmentos, mas conseguindo colher este resultado.

Movimento quilombola

O melhor resultado, no entanto, veio para o movimento quilombola, com avanços no complexo processo de regularização de territórios para comunidades que esperavam há décadas pela providência. O pacote anunciado, no dia 5/12, incluiu a titulação de 745 hectares, beneficiando aproximadamente 245 famílias, e a publicação de 10 portarias de reconhecimento, em benefício de 1,6 mil famílias quilombolas que vivem em territórios que somam mais de 23,1 mil hectares (saiba mais).

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

As medidas correspondem a uma vitória da Coordenação Nacional das Comunidades Quilombolas (CONAQ) e da ministra Luíza Bairros, da Secretaria de Políticas de Promoção da Igualdade Racial (Seppir), no contexto de um governo avesso à destinação de terras para fins socioambientais. O movimento esperava mais – 28 em vez de 22 providências (entre títulos e portarias) – mas contabilizou o saldo positivo neste ano, que foi de crescimento nas suas lutas e de aproximação com os outros movimentos.

Chamam a atenção, no entanto, os números bem abaixo da média do governo Dilma em termos de titulação, etapa final do processo de regularização e que a garante efetivamente: até agora, no ano, o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra) entregou perto dois mil hectares em títulos, beneficiando no total 1.176 famílias. Assim, Dilma não chega aos três mil hectares titulados até agora, menos de 5% do que Lula titulou em seus dois mandatos.

Possivelmente veremos, em 2014, ano da Copa e de eleições gerais, um jogo bruto sobre estes e outros movimentos, que serão disputados, assim como seus inimigos e adversários, por partidos e candidatos. Mas o ano promete um processo mais propositivo e menos negativo do que o que lhes foi imposto neste mandato e, especialmente, durante o sinistro ano de 2013.



Cheiro de rua no Fórum de Direitos Humanos
SÍTIO COMBATE RACISMO AMBIENTAL, 17.12.2013

Num evento com 9 mil participantes em Brasília, debates teóricos alternam-se com reivindicações concretas por uma democracia real

Por Andressa Pellanda – Outras Palavras

Norberto Bobbio, em seu Dicionário de Política, explica que os direitos humanos podem ser classificados em direitos civis, políticos e sociais. “Os primeiros são aqueles que dizem respeito à personalidade do indivíduo (liberdade pessoal, de pensamento, religião, de reunião e liberdade econômica), através da qual é garantida a ele uma esfera de arbítrio e de liceidade, desde que seu comportamento não viole o direito dos outros. Os direitos civis obrigam o Estado a uma atitude de impedimento, a uma abstenção. Os direitos políticos (liberdade de associação nos partidos, direitos eleitorais) estão ligados à formação do Estado democrático representativo e implicam uma liberdade ativa, uma participação dos cidadãos na determinação dos objetivos políticos do Estado. Os direitos sociais (direito ao trabalho, à assistência, ao estudo, à tutela da saúde, liberdade da miséria e do medo), maturados pelas novas exigências da sociedade industrial, implicam, por seu lado, um comportamento ativo por parte do Estado ao garantir aos cidadãos uma situação de certeza”.

A luta pelos direitos humanos remonta há muitos séculos atrás. Grandes declarações de direitos humanos foram o cume de grandes revoluções – como a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão, após a Revolução Francesa, em 1789 – ou de grandes guerras – como a Declaração Universal dos Direitos Humanos, logo no final da Segunda Guerra Mundial, em 1948. O fruto das primeiras, para fazerem valer o direito reivindicado; o das segundas, para impedir que sejam novamente cometidas atrocidades e violações desses direitos.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos, que se encerrou na última sexta, em Brasília, mostrou que vivemos, hoje, ambas as situações. O mundo respira ainda, 61 anos depois da Declaração dos Direitos Humanos, guerras, estados de exceção, graves violações. Ao mesmo tempo, na era da comunicação, da internet e, principalmente, das redes, os povos olham para os sistemas políticos e percebem a necessidade iminente de mudança, de maior participação. E o Brasil não foge à lógica.

A questão indígena no país é um dos casos de grave violações de direitos sociais e civis, que não tem recebido o devido olhar do governo brasileiro. No segundo dia de evento, durante a conferência que tratava dos direitos humanos como bandeira de luta dos povos, com a presença da ministra dos Direitos Humanos, Maria do Rosário, um grupo de indígenas da etnia Tuxa, da Bahia, juntamente com outros índios, da Aldeia Maracanã, fizeram um protesto, carregando cartazes até o palco principal. Neles, podíamos ver escritos: “Não à PEC 215” (PEC que transfere para o Congresso a prerrogativa de demarcar as terras indígenas e facilita a revisão das terras já demarcadas, em tramitação no Congresso Nacional); “500 anos de genocídio”; “A Aldeia Maracanã resiste”; entre outros.

CONT.



Um dos indígenas do grupo levantava energicamente os braços, enquanto gritava pelo seu povo: "é genocídio! Meu povo está morrendo! Tem gente morrendo todos os dias! Todos os dias! Morrendo!". A palavra "morrendo" ecoava nos ouvidos de cada presente naquele auditório cheio. A plateia se levantou, um silêncio atingiu o ambiente e, além dos clamores do índio, só se ouviam os sons dos cliques das dezenas de câmeras profissionais apontadas para eles. Seguranças da organização do evento foram fortemente vaiados quando se aproximaram para retirá-los do palco.

No dia seguinte, em outra sala, estavam todos esperando para começar uma atividade intitulada "o papel da Polícia Militar na defesa dos direitos humanos", proposta pelo Comando Geral da PM do Distrito Federal. Começou com o hino nacional e, em seguida, praticamente não houve atividade. O que se ouvia no lugar eram palavras de ordem, com força, "não a-cabou, vai acabar, eu quero o fim da polícia militar!". Era quase impossível entrar na sala, lotada. Ao passar no corredor, muitos estavam exaltados. "Como eles acham que defendem os direitos humanos?! A polícia mata todo dia! Todo dia!". O burburinho da atividade se estendeu pelos espaços do Fórum chegando a, minutos depois, levantar uma manifestação pelos corredores pela desmilitarização da polícia militar: "Acabou a alegria, a polícia mata pobre todo dia!", gritavam. A semelhança com os clamores indígenas talvez não seja mera coincidência. Ambos os protestos mostram não só que queremos ter nossos direitos mais básicos garantidos, mas que queremos ser ouvidos.

De fato, foi possível perceber a luta forte pelos direitos sociais e civis no Fórum Mundial. Como já abordado, indígenas clamavam pelos direitos cultural e religioso, mas também pelo direito à vida. Muitas outras atividades também entram nesse escopo, como debates pró direito de grupos LGBTT, da mulher, pela educação, saúde etc. Ao mesmo tempo, porém, em todos os dias de Fórum, inúmeras atividades se propuseram a tratar dos direitos políticos e, nesse caso, a palavra "participação" foi a bola da vez. Em entrevista coletiva pouco antes da cerimônia de encerramento do Fórum, inclusive, a ministra Maria do Rosário, afirmou que o evento "marca um caminho que é irrenunciável para a democracia, que é o caminho do diálogo".

"O direito à participação não se efetiva somente com a oferta de participação, se faz necessário o reconhecimento social do grupo que almeja participação", defendeu Bruno Vanhoni, Secretário Nacional da Juventude, em uma atividade do Unicef sobre participação cidadã de adolescentes e jovens. A reflexão aqui presente, mas também em diversas outras atividades sobre o tema, foi a de que a participação é um direito político e a cidadania é o fruto, o conteúdo desse direito. Foram uníssonas as mais diversas vozes na defesa de novos canais capazes de captar essas tão reclamadas novas formas de participação.

O Fórum Mundial de Direitos Humanos, assim, foi mais um símbolo dos mecanismos formais de reconhecimento dos direitos humanos dos povos pelo globo. Ele foi marcado também pela presença, cada vez mais contundente e vigorosa, do clamor pela efetivação desses direitos nas mais variadas esferas sociais, civis e políticas. O Fórum, que reuniu cerca de 9 mil pessoas de diversas partes do mundo, mostrou que o mundo ainda tem fome, ainda tem sede, e ainda tem medo. Não só de alimento, mas de igualdade; não só de água, mas de direitos; não só da morte, mas da opressão. O índio pede voz. O pobre pede escolha. E a sociedade pede participação.



"Guerra" por terra em Dourados é destaque na mídia internacional

SÍTIO CEDEFES, 17.12.2013

O conflito agrário registrado em Mato Grosso do Sul é destaque do jornal El País um dos mais renomados da imprensa internacional e com a maior tiragem da Espanha. Em reportagem publicada no último dia 10, com o título "Tambores de guerra na terra Vermelha", o diário relatou a situação em que vivem indígenas de Dourados. O primeiro relato destaca a pequena comunidade Apyka'i , em Dourados, onde três pessoas foram mortas, em circunstâncias não esclarecidas, no último ano.

Conforme a publicação o clima é de medo. " (...) A tensão em Apyka'i é uma pequena mostra do clima de guerra que se instaurou no Mato Grosso do Sul pela propriedade das terras. É uma "guerra-fria", define um oficial da Força Nacional, espécie de tropa de elite formada por homens da Polícia Militar de vários Estados, que foi despachada para a região no final do mês passado pelo Governo federal, justamente para evitar que a situação se torne uma guerra de fato. Por questões de segurança, o Governo decidiu não revelar o efetivo da Força enviada", mostra a reportagem.

A publicação explica a situação de ambas as partes. "(...) De um lado, estão os cerca de 61 mil índios, a maioria das etnias guarani-kaiová, guarani-nhandeva e terena, que vivem em dez municípios do Estado e reivindicam as terras que pertenciam aos seus ancestrais. Eles têm como trunfo estudos antropológicos que provam que as áreas já foram habitadas por seus parentes e, por isso, têm direito a elas. Do outro, estão aproximadamente 60 mil produtores rurais que dizem que as terras são deles, e mostram o registro de propriedade para provar", disse.

O jornal também destaca a morosidade do governo para resolver a crise e o jogo de empurra registrado no Brasil. "O impasse acontece porque a Constituição de 1988 explicita que é de direito dos povos indígenas ocupar as chamadas terras tradicionais. Mas, nas décadas que antecederam a Constituição, o Governo do Mato Grosso do Sul assim como o de outros Estados brasileiros, retiraram os índios de suas terras e as venderam para os fazendeiros, que se tornaram os proprietários legais das áreas. O Governo Federal acredita que as terras devem ser devolvidas para os índios e o Ministério da Justiça já autorizou a demarcação de muitas delas. Mas os fazendeiros, para evitar o despejo, entram na Justiça e afirmam que só saem se forem ressarcidos pelo prejuízo, prolongando a discussão no Judiciário. O Governo do Estado diz que quem deve pagar a conta é a União, tutora dos indígenas no país. E a União joga a responsabilidade para o Estado, que vendeu o que não poderia ter vendido", diz trecho da matéria.

Em outro trecho a reportagem fala sobre a situação de vulnerabilidade com que vivem os indígenas de Dourados. " A insegurança gerada pelo conflito, a incerteza sobre o futuro e as precárias condições de vida, trouxeram para a aldeia um outro inimigo, dessa vez invisível: o alcoolismo. Quando a reportagem esteve no local, ao menos dez pessoas estavam

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 229 / 2013

Brasília, 17 de dezembro de 2013.

extremamente alcoolizadas, entre elas e uma menina de, no máximo, 15 anos. A cena se repete em outras aldeias e pelas ruas de Dourados, para onde muitos dos 11.000 índios da reserva Dourados, localizada no que se tornou a periferia do município com o crescimento da cidade, costumam ir para pedir dinheiro, revirar lixeiras em busca de restos de alimento e se prostituir". A reportagem esteve em Dourados no último dia 05.

Fonte: <http://www.douradosagora.com.br>